

Liminar deixa PMDB em situação difícil

Às 22h00 de ontem, o juiz do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Joseval Sirqueira, concedeu liminar à medida cautelar impetrada à tarde pelo presidente do Partido Liberal Humanista (PLH), Henrique José Pinto, que reivindicava a busca e apreensão das atas da convenção regional do PMDB realizada no dia 9 último. O PLH alega na justificativa do processo que a convenção que o PMDB realiza hoje é ilegal por representar “repetição de fato jurídico”, baseado na tese de que as deliberações sobre coligação e indicação de candidatos foram tomadas há 14 dias. A documentação servirá de sustentação para futuro processo de impugnação das candidaturas peemedebistas.

A apreensão das atas se dará hoje pela manhã, segundo informou o juiz Sirqueira antes da realização da convenção de hoje do PMDB. Um funcionário do TRE pegará a documentação relativa ao dia 9, xerografará e devolverá o livro de atas. “A convenção do PMDB se realizará normalmente, o que foi concedido com a liminar

foi acesso aos papéis solicitados”, disse Sirqueira.

A medida cautelar inominada do Partido Liberal Humanista, afirmou ontem o presidente da agremiação, Henrique José Pinto, tem por base a Resolução nº 16.347/90 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — Artigo 13 e seguintes — e o Artigo 888 do Código de Processo Civil. Estes documentos, disse, estabelecem como proibido a “repetição de fato jurídico” e “impedem a realização da convenção regional do PMDB amanhã (hoje) para deliberação sobre coligação e indicação de candidatos”.

Isto porque, declarou, o PMDB publicou no dia 1º de junho no **Diário Oficial** da União edital de convocação para realização da convenção regional do partido para o dia 9 de junho, ocasião em que foi deliberado sobre a coligação da agremiação com o PTR. Após esta aliança ter sido derrotada pelos convencionais, o processo da convenção não continuou e não foram indicados os candidatos. (Malu Pires)

□ Mais convenção do PMDB na página ao lado